INTERVENÇÃO DE S.EXA O PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL ADÉRITO HUGO DA COSTA

Por ocasião da abertura da Conferência Sobre o Compromisso do Parlamento Nacional na Luta contra a Corrupção

2 DE FEVEREIRO DE 2017

Exmos. Senhores Deputados

Exmos. Senhores Membros do Governo,

Exmos. Senhores Palestrantes e Convidados

"A maior desgraça de uma nação pobre é que em vez de produzir riqueza, produz ricos"

A frase não é minha, é do escritor moçambicano Mia Couto, mas não deixa de me fazer pensar, e concluir de imediato, que não é isto que quero para o meu País. Não foi para isto que lutámos e para o qual o povo timorense derramou tanto sangue.

Assim que fui eleitoPresidente do Parlamento, assumi o compromisso com o eleitorado, e com os meus colegas Deputados, que iria avançar com os projectos de leipendentes que estabelecem medidas públicas para travar uma luta mais eficaz contra a corrupção.

E é deste modo, e na sequência deste compromisso contra a corrupção, que o Parlamento Nacional, através da Comissão de Assuntos Constitucionais, organiza hoje esta conferência, subordinada ao tema Direitos, Liberdades e Garantias *versus* Combate contra a Corrupção.

A Conferência têm por isso, uma enorme importância para o Parlamento Nacional, pois procura ajudar a Comissão de Assuntos Constitucionais no debate público destes projectos de lei e na busca de soluções de combate à corrupção, que respeitem os limites da Constituição da República.Queremos uma discussão elevada, séria e condigna, que afaste de vez as tentações da justiça de pelourinho. A justiça não se faz nas ruas ou nas meios de comunicação social. Faz-se nos Tribunais e de acordo com a Constituição e as leis.

E deste modo, cumprimento e agradeço entusiasticamente a participação de tão ilustres palestrantes, tanto nacionais como internacionais. Refiro-meao Professor Jorge Bacelar Gouveia, ilustre

constitucionalista português, ao Dr. Artidjo Alkostar, juiz do Supremo Tribunal da Indonésia e à Dra. Janine McGruddy, Directora Executiva Transparency Internacional da Nova Zelândia.

Com a enorme qualidade dos oradores e moderadores nacionais,estou certo que vamos poder contextualizar e delimitar as grandes questões em torno deste tema e poder estudar as soluções mais adequadas para Timor-Leste, e para que o Parlamento Nacional prossiga com o seu papel de legislador com a máxima confiança.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O discurso sobre a luta contra a corrupção não é novo, e com a proximidade das eleições surge sempre uma tendência de politização do tema, o que pode dificultar o debate sério e responsável, próprio de um país como Timor-Leste, que se encontrademocraticamente mais maduro.

Há vários perigos, que um discurso anti-corrupção gratuito e pouco informado pode comportar, como a promoção de generalizações, sempre injustas e perigosas, que atacam indiscriminadamente a ineficiência do Estado, sublinham o mau carácter individual dos funcionários públicos, desconsiderando muitas vezes outros factores

que contribuem para uma ausência de sentido de igualdade e de relação com o público. Daí que soluções imediatistas, demagógicas e perigosas possam, nestes momentos, entrar em cena em nome da salvação da pátria corrompida.

Como tal, generalizações injustas e perigosas não podem ser de todo admitidas. Eu próprio, sou testemunha diária do empenho e do esforço permanente de muitos dos meus colegas deputados, dos funcionários públicos, com quem tenho o privilégio de trabalhar, e dos membros do Governo que se esforçam diariamente para que Timor-Leste se desenvolva de um modo equitativo e justopara todos.

Claro de vez em quando surge um mau exemplo... mas uma árvore não faz a floresta, e quando cai, infelizmente faz mais barulho que a floresta que cresce.

Não posso também deixar de sublinhar que a corrupção não é um fenómeno exclusivo de Timor-Leste, nem de um determinado tempo histórico, regime político, ideologia, sistema económico ou partido político. É um fenómeno global e que, lamentavelmente, ocorre em todo lado e desde tempos imemoriais.

E é por este motivo que o seu combate não se pode fazer só ao nível da repressão, mas também ao nível da prevenção. O combate à corrupção tem ser um combate holístico que envolve várias práticas institucionais, culturais, colectivas e individuais muito complexas.

O combate contra a corrupção tem que estar associado a uma forte noção de cidadania e ao reforço do princípio do interesse colectivo sobre o individualismo do interesse privado.E é por este motivo que o combate contra a corrupção tem que envolver um debate sobre o interesse público, democracia, cidadania, direito, e dignidade do homem.

Qualquer debate sobre corrupção fora destas órbitas tende a ser populista, opaco e perigosamente demagógico e moralista.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não devemos esquecer que, lamentavelmente, o fenómeno da corrupção invade grandes espaços do tecido social, sem que as pessoas que sofrem as suas consequências tenham sempre a possibilidade de reivindicar justiça e responsabilidades, tornando-se os mais frágeis cada vez mais dependentes.

Vivemos num mundo que se apresenta complexo e ao mesmo tempo global. As várias comunidades que o formam aproximam-se entre si e os sistemas financeiros e económicos, dos quais depende o desenvolvimento dos países, são mais extensos e rápidos. Nesta medida, com a circulação de fluxos financeiros, inimagináveis há décadas atrás, o risco elevado de existência de praticas corruptas torna-se cada vez mais elevado, obrigando a Comunidade Internacional e os Estados a encontrarem formas eficazes de prevenir e combater as práticas corruptas.

No entanto, a existência de fenómenos graves como a corrupção não podem justificar uma luta que cause perturbação social, de um modo desproporcional, ou colocarem causa direitos fundamentais consagrados na Constituição da República.É, por isso, necessário favorecer um sistema de combate à corrupção, que respeite a Constituição da República e os seus princípios fundamentais, nomeadamente os direitos, liberdades e garantias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Com o intuito de promover a difusão dos valores da integridade, probidade, transparênciae responsabilidade, o Parlamento Nacional

conta com a Vossa participação para ilustrarem o debate da Comissão de Assuntos Constitucionais, para que, convosco, possamos legislar de um modo mais eficaz e eficiente contra a corrupção.

Declaro aberta a Conferência!

Muito obrigado!